

A expansão da educação superior no centro-oeste brasileiro via universidades estaduais: contextos e cenários.

Renata Ramos da Silva Carvalho
Juliana Duarte Marques

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo expor as considerações iniciais de uma pesquisa que visa analisar, comparativamente, como as universidades estaduais da região centro-oeste (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS; Universidade Estadual de Mato Grosso – UNEMAT e Universidade Estadual de Goiás – UEG) tem contribuído com o processo de expansão da educação superior nesta região do país, identificando a participação de cada uma delas na oferta da educação superior pública (graduação e pós-graduação) em seus estados. A pesquisa tem como subsídio o banco de dados do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP e o da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Apresenta apontamentos da fase inicial da pesquisa, que é o estudo e o levantamento de dados sobre as universidades estaduais no Brasil.

Palavras-Chave: Expansão da educação superior, universidades estaduais, região centro-oeste.

1- Considerações iniciais, problemática e objetivos.

O processo de criação das universidades no Brasil, comparado com os demais países latino-americanos é tardio, e se concretiza somente no início do séc. XX. A justificativa para o retardamento desse processo é multifatorial, e está associada tanto à resistência de Portugal, como marco de sua colonização de exploração, que pretendia no território brasileiro somente a organização de uma economia completar à da Metrópole por meio da exploração latifundiária e o trabalho escravo, como também por parte da população local que não via necessidade de criação de universidades no país, uma vez que, a elite local deslocava-se para a Europa para realizar seus cursos superiores (FÁVERO, 1977)

A primeira universidade brasileira a consolidar-se foi a Universidade do Rio de Janeiro, criada em 1920 pelo governo federal. (FÁVERO, 1977) Ela é resultante da união (aglutinação) e da federalização de faculdades isoladas já existentes, processo este que, passa a ser utilizado na criação de outras universidades no país. Esse modelo de aglutinação de IES isoladas se constitui no padrão para a criação das primeiras universidades.

Segundo Sampaio, Balbachesky e Peñaloza (1998), o surgimento, expansão e consolidação das universidades estaduais (UE) no cenário da educação superior brasileira, está diretamente relacionado à dinâmica de desenvolvimento e contexto desse

nível de ensino no país. As autoras definem a existência de três fases que caracterizam a trajetória das UE no país.

A primeira fase dessa trajetória é a de criação destas instituições, que teve início em 1912 com a criação da Universidade do Paraná e estendeu-se até o final da década de 1940, com o processo de federalização das instituições de ensino superior (IES). A segunda fase é marcada pela diminuição no número de UE no país, que segundo o estudo, ocorre dos anos de 1940 a 1960. Esse fato foi consequência do processo de federalização das IES estaduais e privadas.

A terceira fase é a de expansão destas IES, que se inicia com o fim do processo de federalização. Esse processo é impulsionado com a criação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) em 1966 e Universidade Estadual Paulista (UNESP) em 1976, das Universidades do Paraná (Universidade Estadual de Londrina em 1971, Universidade Estadual de Ponta Grossa em 1973 e Universidade Estadual de Maringá em 1976) e da Universidade Estadual do Ceará em 1977. O estudo realizado pelas autoras supra citadas traz que em 1996 havia 27 universidades estaduais no Brasil. Em 2012, conforme Censo da Educação Superior, eram 116 IES estaduais no país, sendo que 38 eram universidades, ou seja, o país ainda vivencia a expansão das IES estaduais.

As IES estaduais possuem importante participação no contexto da educação superior no Brasil. É importante considerar a participação destas, na geração de conhecimento, por meio dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, e na oferta de vagas públicas em diferentes áreas do conhecimento que se estende por todo país. O Brasil dispõe de uma rede de IES estaduais, composta por faculdades, centros universitários e universidades, que atuam em capitais e regiões interiores em todas as regiões do país. (ANDRADE, 2012)

Conforme dados do INEP, elas estão presentes em todas as regiões brasileiras, como mostra a tabela 1. Além do processo de expansão quanto ao quantitativo de instituições, vivenciam também crescimento no quantitativo de matrículas e na oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Apenas os estados do Sergipe, Rondônia e Acre ainda não possuem IES estaduais.

Tabela 1 – Distribuição das IES públicas estaduais do Brasil por região (capital e interior) em universidade, centro universitário e faculdade – Ano 2012.

Região	Total geral			Universidades			Centros Universitários			Faculdades		
	Total	Cap	Int	Total	Cap	Int	Total	Cap	Int	Total	Cap	Int
Brasil	116	32	84	38	18	20	1	1	0	77	13	64
Sul	15	4	11	8	2	6	0	0	0	7	2	5
Sudeste	76	14	62	7	4	3	1	1	0	68	9	59
Nordeste	16	8	8	15	7	8	0	0	0	1	1	0
Centro-Oeste	4	1	3	3	0	3	0	0	0	1	1	0
Norte	5	5	0	5	5	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: INEP - Censo da Educação Superior / Sinopse estatística 2012

Legenda: Cap: capital; Int: interior

Do conjunto das 116 IES estaduais existentes no país em 2012, 38 eram universidades, sendo 18 destas localizadas em capitais e 20 no interior, conforme tabela 1. Neste sentido, constata-se o predomínio de UE em regiões interioranas, indicando sua relevância no processo de interiorização da educação superior pública nas diversas regiões onde estão inseridas. O quadro 1 traz a denominação e a distribuição das UE no país por regiões e estados da federação.

Quadro 1 - Distribuição das universidades estaduais por regiões e estados no Brasil em 2012.

Região/Estado	Qtd.	Instituições
BRASIL	38	
CENTRO-OESTE	3	
Mato Grosso do Sul	1	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS
Mato Grosso	1	Universidade Estadual de Mato Grosso - UNEMAT
Distrito Federal	0	-
Goias	1	Universidade Estadual de Goias - UEG
NORDESTE	14	
Paraíba	1	Universidade Estadual da Paraíba - UEPB
Bahia	4	Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS Universidade Estadual do Sudeste da Bahia – UESB Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Piauí	1	Universidade Estadual do Piauí – UESPI
Maranhão	1	Universidade Estadual do Maranhão – UEM
Sergipe	-	-
Pernambuco	1	Universidade de Pernambuco - UPE
Ceará	3	Universidade Estadual do Ceará – UECE Universidade Estadual do Cariri – URCA Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA
Alagoas	2	Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL Universidade de Ciências da Saúde de Alagoas - UNCISAL
Rio Grande do Norte	1	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN
NORTE	5	

Roraima	1	Universidade Estadual de Roraima - UERR
Acre	0	-
Tocantins	1	Fundação Universidade do Tocantins - UNITINS
Amapá	1	Universidade do Estado do Amapá - UEAP
Amazonas	1	Universidade do Estado do Amazonas - UEA
Pará	1	Universidade do Estado do Pará - UEPA
Rondônia	0	-
SUDESTE	7	
Espírito Santo	0	-
Rio de Janeiro	2	Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF
Minas Gerais	2	Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES
São Paulo	3	Universidade de São Paulo – USP Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP
SUL	9	
Paraná	7	Universidade Estadual de Londrina – UEL Universidade Estadual de Maringá – UEM Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná – UNICENTRO Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR
Santa Catarina	1	Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Rio Grande do Sul	1	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS

Fonte: INEP - Censo da Educação Superior / Sinopse estatística 2012/ Sítio da ABRUEM e das IES pesquisadas.

As IES estaduais brasileiras atendem a uma quantidade significativa de estudantes, ficando em 2º lugar na oferta de educação superior pública no país, além de serem tradicionalmente interiorizadas, elas ofertaram 625.283 das 1.897.376 matrículas da rede pública em 2012, ou seja, 32,96%, conforme dados da tabela 2. Tendo em vista este indicador, emerge a importância de uma abordagem que contemple a discussão participação destas instituições no cenário da educação superior brasileira, por ocuparem em seu contexto histórico-político um relevante espaço de oferta da educação superior pública pelos estados.

Tabela 2 - Evolução do Número de Matrículas por Categoria Administrativa (presencial e a distância) – Brasil - 2008 a 2012.

Ano	Total	Públicas								Privada	%
		Total	%	Federal	%	Estadual	%	Municipal	%		
2008	5808017	1552953	26,74	698319	12,02	710175	12,23	144459	2,49	4255064	73,26
2009	5954021	1523864	25,59	839397	14,1	566204	9,51	118263	1,99	4430157	74,41
2010	6379299	1643298	25,76	938656	14,71	601112	9,42	103530	1,62	4736001	74,24
2011	6739689	1773315	26,31	1032936	15,33	619354	9,19	121025	1,8	4966374	73,69

2012	7037688	1897376	26,96	1087413	15,45	625283	8,885	184680	2,62	5140312	73,04
------	---------	---------	-------	---------	-------	--------	-------	--------	------	---------	-------

Fonte: BRASIL. MEC/INEP. Sinopse estatística da Educação Superior, 1995 a 2012.

A análise da distribuição das matrículas em IES por regiões brasileiras permite pensar as diferenças regionais existentes no país. Há uma maior concentração das matrículas na região sudeste. A tabela 3 apresenta as matrículas na educação superior em cada região do país no ano de 2012. No cenário das matrículas públicas na educação superior por regiões brasileiras há o predomínio de matrículas em IES federais seguidas pelas estaduais. Embora a competência dos Estados, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN – 9394/96), seja a de ofertar ensino fundamental e médio, temos uma significativa participação das IES estaduais no contexto da educação superior pública do Brasil. Na região região centro-oeste, as IES estaduais são responsáveis por 26,3% das matrículas públicas em educação superior.

Tabela 3 - Matrículas por categoria administrativa e regiões brasileiras (presencial e a distância) em 2012.

Região	Total	Públicas								Privada	%
		Total	%	Federal	%	Estadual	%	Municipal	%		
Brasil	7.037.688	1.897.376	27,0	1087413	15,5	625.283	8,9	184.680	2,6	5.140.312	73,0
Sul	1.163.671	361.587	31,1	174.982	15,0	92.781	8,0	93.824	8,1	802.084	68,9
Sudeste	3.226.248	604.054	18,7	331.079	10,3	225.527	7,0	47.448	1,5	2.622.194	81,3
Nordeste	1.434.825	553.508	38,6	339.619	23,7	191.918	13,4	21.971	1,5	881.317	61,4
C.O	666.441	156.163	23,4	102.337	15,4	41.130	6,2	12.696	1,9	510.278	76,6
Norte	546.503	222.064	40,6	139.396	25,5	73.927	13,5	8.741	1,6	324.439	59,4

Fonte: INEP - Censo da Educação Superior / Sinopse estatística 2012.

As IES estaduais possuem significativa participação na oferta de matrículas públicas em todas as regiões brasileiras (tabela 3). Outra contradição apresentada é que nas regiões com menores riquezas, como a norte e nordeste, há uma menor participação da rede privada. Nessas regiões as IES públicas, federais e estaduais, possuem maior expressividade na oferta de matrículas.

Além da oferta de matrículas em cursos de graduação, as UE também atuam no campo da pós-graduação *stricto sensu*. A análise desta oferta, quadro 2, mostra um cenário de assimetrias entre elas, pois a atuação destas, no campo da pós-graduação é bastante heterogêneo. De um lado, temos IES que possuem expressivos quantitativos de cursos de mestrado e doutorado e, de outro, universidade estaduais que possuem o status e o reconhecimento como “universidade” e não possuem sequer um curso de mestrado, ou pouca expressão no campo da pós-graduação, como é o caso

de UE da região nordeste (UESPI, URCA, UVA, UNEAL, UNCISAL), da região norte (UNITINS, UEAP e UERR) e da região sul (UENP, UNESPAR e UERGS).

Quadro 2 - Distribuição dos Cursos de pós-graduação *stricto sensu* do Brasil nas universidades estaduais por região e estado e instituição – Ano 2013.

Regiões/Estados/ Universidades Estaduais		Totais de Curso de pós-graduação			
		Total	M	D	MP
BRASIL (geral)		5.612	3.126	1.919	567
BRASIL (universidades estaduais)		1.380	765	531	84
Centro-Oeste (geral)		426	259	130	137
Centro-Oeste (universidades estaduais)		26	21	2	3
MS	UEMS	9	6	1	2
MG	UNEMAT	9	8	1	0
GO	UEG	8	7	0	1
Nordeste (geral)		1.019	629	292	98
Nordeste (universidades estaduais)		160	109	28	23
PB	UEPB	17	11	3	3
BA	UEFS	21	14	3	4
	UESB	16	13	3	0
	UESC	23	17	5	1
	UNEB	13	9	1	3
PI	UESPI	1	1	0	0
MA	UEMA	10	6	1	3
SE	Não possui U.E	-	-	-	-
PE	UPE	16	10	3	3
CE	UECE	32	17	9	6
	URCA	0	0	0	0
	UVA	2	2	0	0
AL	UNEAL	0	0	0	0
	UNCISAL	0	0	0	0
RN	UERN	9	9	0	0
Norte (geral)		253	157	64	32
Norte (universidades estaduais)		19	12	2	5
RR	UERR	3	2	0	1
Acre	Não possui U.E	-	-	-	-
TO	UNITINS	0	0	0	0
AP	UEAP	0	0	0	0
AM	UEA	8	5	1	2
PA	UEPA	8	5	1	2

RO	Não possui U.E	-	-	-	-
Sudeste (geral)		2741	1.418	1.039	284
Sudeste (universidades estaduais)		951	478	435	38
ES	Não possui U.E	-	-	-	-
RJ	UERJ	88	47	37	4
	UENF	24	13	11	0
MG	UEMG	2	2	0	0
	UNIMONTES	12	7	2	3
SP	USP	464	224	222	18
	UNESP	221	116	96	9
	UNICAMP	140	69	67	4
Sul (geral)		1.173	663	394	116
Sul (universidades estaduais)		224	145	64	15
PR	UEL	60	36	19	5
	UEM	58	35	21	2
	UENP	2	2	0	0
	UEPG	22	16	6	0
	UNICENTRO	13	9	2	2
	UNIOESTE	34	27	6	1
	UNESPAR	2	2	0	0
SC	UDESC	33	18	10	5
RS	UERGS	0	0	0	0

Fonte: Fonte: CAPES, acesso 17/04/2014. (atualizado em 11/03/2014)

As UE que apresentam maiores atuações no campo da pós-graduação são as da região sudeste, em especial, as universidades estaduais paulistas (USP, UNICAMP e UNESP) e a UERJ; na região sul, as universidades estaduais do Paraná (UEL, UEM e UNIOESTE) e de Santa Catarina (UDESC); na região nordeste as universidades estaduais da Bahia (UEFS, UESB e UESC) e do Ceará (UECE).

No centro-oeste brasileiro há quatro IES estaduais, sendo três delas universidades e, uma faculdade localizada no Distrito Federal. A três UE da região são a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS; Universidade Estadual de Mato Grosso – UNEMAT e Universidade Estadual de Goiás – UEG. Conforme dados do Censo da Educação Superior, as universidades estaduais da região centro-oeste são responsáveis por 30,3% das matrículas em universidades públicas na região possuindo significativa atuação na oferta de educação superior onde estão inseridas.

A UEMS, foi Instituída pela Lei Estadual n. 1.461, de 20 de dezembro de 1993 e credenciada pela deliberação CEE/MS n. 4. 787/97 do Conselho Estadual de

Educação de Mato Grosso do Sul e possui sede na cidade de Dourados (FERRONATTO, 2008). Possui unidades em 15 municípios do Estado e, conforme tabela 4, possuía em 2012, 7.561 matrículas, sendo 6.907 em regiões interioranas.

Tabela 4 - Matrículas por categoria administrativa (presencial) nos estados da região centro-oeste em 2012

Ano	Total	Públicas								Privada	%
		Total	%	Federal	%	Estadual	%	Municipal	%		
Região Centro-Oeste	547768	149114	27,22	97204	17,75	40735	7,44	11175	2,04	398654	72,78
Mato Grosso	110411	35564	32,21	20684	18,73	14197	12,86	683	0,62	74847	67,79
Mato Grosso do Sul	79525	27820	34,98	20259	26,01	7561	9,51	0	0,00	51705	65,02
Goiás	192098	56518	29,42	27764	14,45	18262	9,51	10492	5,46	135580	70,58
Distrito Federal	165734	29212	17,63	28497	17,19	715	0,43	0	0,00	136522	82,37

Fonte: INEP - Censo da Educação Superior / Sinopse estatística 2012.

A UNEMAT, embora tenha surgido após longas discussões e disputas políticas, conforme apresenta Gianezini (2005), possui como marco de sua criação a Lei Complementar Estadual n.º 030 de 15 de dezembro de 1993. A sua sede administrativa se localiza na cidade de Cárceres e possui atuação em 13 municípios do estado. Em 2012, possuía 14.197 alunos matriculados, todos em cidades do interior.

A UEG, criada em 1999, é fruto da aglutinação de IES estaduais isoladas já existentes. Possui 42 unidades universitárias em 39 municípios do estado e sede administrativa na cidade de Anápolis. Conforme tabela 4, em 2012 havia 18.262 alunos matriculados, sendo 17.245 no interior do estado.

A análise dos dados indica a o predomínio de atuação das UE da região centro-oeste em regiões interioranas, com importantes papeis no processo de interiorização da educação superior, pois 95,8% de suas matrículas são em regiões interioranas.

Tabela 5 - Matrículas nas UE da região centro-oeste por capital e interior em 2012

	TOTAL	CAPITAL	%	INERIOR	%
Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS)	7.561	654	8,6	6.907	91,4

Universidade Estadual do Mato Grosso (UNEMAT)	14.197	0	0,0	14.197	100,0
Universidade Estadual de Goiás (UEG)	18.262	1.017	5,6	17.245	94,4

Fonte: INEP - Censo da Educação Superior / Sinopse estatística 2012.

A tabela 5 apresenta a distribuição das matrículas das UE da região centro-oeste em capital e interior. A UNEMAT possui todas as suas matrículas em regiões interioranas, a UEMS 91,4% e a UEG 94,4%. Os dados apresentados ratificam a relevância das UE da região centro-oeste no processo de interiorização da educação superior em seus estados. Embora outros indicadores sejam importantes para analisar o processo de interiorização, constatamos inicialmente que, a UNEMAT, a UEMS e a UEG são importantes propulsoras da interiorização da educação superior.

Outro importante fator a ser analisado é o turno de oferta destes cursos nas UE em questão, a tabela 6 revela que as matrículas destas IES se concentram no turno noturno, ou seja, há indícios de uma maior concentração de estudantes trabalhadores nas UE pesquisadas, principalmente na UEMS e UEG, que possuem 61,2% e 67,9% de seus alunos matriculados no turno noturno respectivamente.

Tabela 6 - Matrículas nas UE da região centro-oeste por capital e interior em 2012

	TOTAL	DIURNO	%	NOTURNO	%
Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS)	7.561	2.935	38,8	4.626	61,2
Universidade Estadual do Mato Grosso (UNEMAT)	14.197	7.393	52,1	6.804	47,9
Universidade Estadual de Goiás (UEG)	18.262	5.867	32,1	12.395	67,9

Fonte: INEP - Censo da Educação Superior / Sinopse estatística 2012.

Como apresentado nos dados, as UE da região centro-oeste possuem importante participação na oferta de educação superior pública nesta região. Essa pesquisa tem como objetivo analisar comparativamente como as universidades estaduais da região centro-oeste tem contribuído com o processo de expansão da educação superior nesta região do país. Será realizado também o levantamento dos indicadores

presentes no Censo da Educação Superior das IES pesquisadas, a análise dos documentos institucionais da UEMS, UNEMAT e UEG, um estudo sobre o modelo de financiamento e o custo aluno das universidades pesquisadas e, por fim, o estudo da participação das IES pesquisadas na interiorização da educação superior nos estados onde estão inseridas.

2 – Metodologia

Pesquisar como as universidades estaduais da região centro-oeste tem contribuído com o processo de expansão da educação superior nesta região requer parâmetros críticos e criteriosos de análises. Tendo em vista essa necessidade, e, ainda, a de compreender as UE pesquisadas (UEG, UNEMAT e UEMS) dentro de uma totalidade, que são as políticas públicas para a educação superior, a dinâmica da sociedade capitalista, o complexo universo das IES estaduais brasileiras, a necessidade de interpretar as contradições nelas existentes, utilizaremos dos recursos metodológicos da abordagem quanti-qualitativa.

A análise quantitativa será essencial na coleta e construção das séries históricas dos dados estatísticos que serão obtidos nos bancos de dados do INEP e CAPES. Sistematizados os dados, recorreremos à análise qualitativa para a sua interpretação e busca de seus significados e contradições. A abordagem qualitativa, segundo Chizzotti (2005), parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, “um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito, com isso o conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, interligados por uma teoria explicativa” (CHIZZOTTI, 2005, p. 78).

Sobre a integração entre a análise quantitativa e qualitativa os apontamentos de Goldenberg (2009) esclarecem que a associação entre essas duas abordagens é importante em determinados tipos de investigação. Nesta pesquisa ela será fundamental para o estudo de nosso objeto e de nosso problema, pois utilizamos bancos de dados numéricos e estatísticos para o desenvolvimento da pesquisa. Sendo que:

A maior parte dos pesquisadores em ciências sociais admite, atualmente, que não há uma única técnica, um único meio válido de coletar os dados em todas as pesquisas. Acreditam que há uma interdependência entre os aspectos quantificáveis e a vivência da realidade objetiva do cotidiano. A escolha de trabalhar com dados estatísticos ou com um único grupo ou indivíduo, ou com ambos, depende das questões levantadas e dos problemas que se quer responder. É o processo da pesquisa que qualifica as técnicas e os procedimentos necessários para as respostas que se quer alcançar... Os

métodos qualitativos e quantitativos, nesta perspectiva, deixam de ser percebidos como opostos para serem vistos como complementares. (GOLDENBERG, 2009, p. 62)

Além da abordagem quanti-qualitativa este estudo possuirá também como característica, ser de tipo documental e bibliográfica. A coleta dos dados será realizada no banco de Dados do INEP, composto pelo Censo da Educação Superior e pelo SIINAES, leis, decretos e instruções normativas federais e estaduais, documentos oficiais das IES pesquisadas e pesquisa bibliográfica. Para o estudo em questão, a pesquisa compreenderá o período de 1995 a 2012 que nos permitirá uma análise comparativa da série histórica de dados que será construída e também relacioná-las com as políticas para a educação superior dos governos FHC (Fernando Henrique Cardoso), Lula e Dilma. A pesquisa será composta de três fases. A primeira fase destina-se à revisão bibliográfica relativa às teorias, às temáticas concernentes ao tema para reflexão e apropriação dos referências teóricos e das categorias analíticas. Essa fase compreende o estudo dos contextos e princípios das reformas educacionais, principalmente no campo da educação superior, no Brasil no período indicado. Ainda nessa fase será realizado o levantamento e análise das fontes documentais.

Na segunda fase da pesquisa será realizado o levantamento e sistematização de dados que serão coletados no banco de Dados do INEP e em outros bancos de dados que venham a ser necessários. Essa fase nos permitirá obter os seguintes dados: evolução histórica das IES e das matrículas na educação superior do Brasil por categoria administrativa de 1995 a 2012; levantamento de dados sobre as IES estaduais no Brasil e na região centro-oeste; dados sobre as universidades (públicas e privadas) e suas matrículas no Brasil, por região, em especial, na região centro-oeste e ainda suas matrículas por capital e interior; quantidade de cursos e programas de pós-graduação no Brasil e em universidades estaduais por estado da federação e, ainda nos permitira ampla informações institucionais das IES pesquisadas, tais como: quantidade de cursos, matrículas, turnos de funcionamento, estágio da interiorização, grau de formação docente, dentre outras.

A terceira fase da pesquisa será a análise e divulgação dos dados, por meio da participação em eventos acadêmicos e produção de artigos científicos e relatórios da pesquisa. Salientamos que esta pesquisa reconhece que as universidades estaduais pesquisadas possuem realidades históricas distintas. Nesse sentido, ressaltamos que o estudo comparativo a ser realizado entre elas precisarão ser compreendidos dentro de

suas particularidades e diferenças locais, como por exemplo: o PIB e população estadual, as ações do governo estadual na educação superior em cada estado, o histórico de cada uma das IES estudadas e etc.

3 – Considerações finais

As UE brasileiras surgiram em épocas diferentes e possuem características e contextos de atuação bem distintos, variando desde as universidades estaduais paulistas, que iniciaram sua atuação em 1934, que hoje se constituem referências acadêmicas nacional e internacionalmente, até as universidades estaduais criadas bem recentemente como é o caso da UEMS, UNEMAT e UEG.

Por meio do levantamento e análise dos dados coletados, constatou-se que as IES estaduais passam por uma fase de expansão tanto quanto ao número de instituições, quanto ao número de matrículas. Apurou-se ainda que as IES estaduais possuem significativa relevância na oferta de educação superior pública no Brasil em todas as regiões do país.

Outra análise realizada foi o levantamento dos programas de pós-graduação oferecidos pelas UE. O Brasil possuía em abril de 2014, 5.612 cursos de pós-graduação, destes, 1.380 funcionam em universidades estaduais. Porém, no que tange a pós-graduação nas UE, essa proporção não é homogênea por regiões, há uma maior concentração de cursos e programas de mestrado e doutorado nas regiões sudeste, em especial, nas UE paulistas.

Uma contradição revelada pela análise dos dados da pós-graduação em UE é que em algumas destas IES há uma incipiente ou inexistente política de pós-graduação. Nas UE de Alagoas, Tocantins, Amapá e Rio Grande do Sul não há nenhum curso cadastrado ou reconhecido pela CAPES.

Nesse contexto, foi possível identificar a importante participação das IES estaduais no processo de expansão da educação superior, em especial, pela sua proporção de matrículas na educação superior pública no país. As IES estaduais se destacam principalmente pelo seu caráter interiorano, a maior parte de suas IES e de suas matrículas concentram-se em cidades do interior, revelando seu destaque no processo de interiorização desse nível de ensino.

Contudo, o conjunto das UE brasileiras revela um cenário de muitas assimetrias, por um lado temos as paulistas, as UE do Paraná e do Rio de Janeiro desenvolvendo um significativo número de cursos e programas de pós-graduação e por

outro temos várias UE, que possuem inclusive o “status” de universidade e não possuem sequer um curso *stricto sensu*.

N região centro-oeste as UE possuem relevante participação na oferta de educação superior pública, também com significativa atuação no processo de interiorização. No entanto, é preciso problematizar essa atuação.

4 – Referências bibliográficas

ANDRADE, Maria Edgleuma. **Política de expansão da UERN: oferta e qualidade de educação superior**. João Pessoa – PB. 2012. 250 p. Tese (doutorado) Universidade Federal da Paraíba.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo da Educação Superior**. Brasília: Inep, 1995 a 2012.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 26 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996.

CASTRO, Luciane Andreatta de. **Política de cotas para negros na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS – Unidade Aquidauana: a percepção dos alunos cotistas e professores**. Campo Grande, MS, 2008. 142 p. Dissertação (Mestrado) Universidade Católica Dom Bosco.

CHIZZOTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo, Cortez, 2005.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A Universidade brasileira: em busca de sua identidade**. Petrópolis, Vozes, 1977.

FIALHO, Nadia Hage. **Universidade Multicampi**. Brasília, Autores associados:Plano editora, 2005.

FERNANDES, Eloisa Bittencourt. **Expansão universitária em Mato Grosso do Sul -1979 - 2001**. Campo Grande, 2003. 141p. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Mestrado em Educação. Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande-MS.

FERRONATTO, Eliane Terezinha Tulio. **Políticas de educação superior e as universidades estaduais: um estudo sobre os cursos noturnos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS**. Campo Grande, 2008. 128 p. Dissertação (Mestrado) Universidade Católica Dom Bosco.

GIANEZINI, Quelen. **O processo de expansão do ensino superior em Mato Grosso**. Porto Alegre, 2009, 250p. Dissertação. Programa de Mestrado em Sociologia Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 11ª ed. Rio de Janeiro, Record, 2009.

MAGALHÃES, Luciana de Castro. **O financiamento da UEG: O programa Bolsa Universitária e o custo do aluno**. 2009. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, UFG, 2009.

MOREIRA, Marcos Elias. **Universidade Estadual de Goiás (UEG): Agentes, Memórias e Eventos (1999-2006)**. 2007. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

OLIVEIRA, J.F; AMARAL, N.C; LEMOS, J.R; DOURADO, L.F. **Educação Superior em Goiás 1991-2004**. In, INEP, Educação Superior Brasileira: 1991-2004, 2006.

SAMPAIO, Helena; BALBACHEVSKY, Elizabeth; PEÑALOZA, Verónica. **Universidades estaduais no Brasil: características institucionais**. São Paulo, NUPES/USP, 1998 (Documento de trabalho n.º 4)